



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de
Orçamento, Finanças e Administração
Pública

Ofício nº 31/8ª-CECC/2014

29.janeiro.2014

Junto remeto a V. Exa., o Parecer relativo à *"Conta Geral do Estado 2012"*,
aprovado em reunião desta Comissão Parlamentar de 29 de janeiro de 2014.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Parecer

Conta Geral do Estado 2012

Autor: Deputado

Michael Seufert (CDS-PP)

PARTE I – CONSIDERANDOS

A) Nota Introdutória

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública remeteu, nos termos legais e regimentais aplicáveis, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura a “Conta Geral do Estado relativa ao ano económico de 2012” a fim de esta elaborar o competente parecer.

Assim, o presente parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2012 concentra-se exclusivamente sobre os indicadores de execução orçamental que compreendem os sectores **da Educação (incluindo todos os sistemas e graus de ensino), da Ciência, da Juventude, do Desporto e da Cultura.**

No âmbito da elaboração do presente parecer, foi analisado o documento “Conta Geral do Estado – ano de 2012” e respectivos anexos, o parecer do Conselho Económico Social (CES), o parecer do Tribunal de Contas e o parecer da Unidade Técnica do Apoio Orçamental (UTAO).

O Orçamento do Estado para 2012 (OE/2012) foi aprovado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, que estabelece as normas para a execução orçamental e, ainda, as circulares emitidas pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO).

A Lei do Orçamento do Estado para 2012 foi alterada pelas Leis n.ºs 20 e 64/2012, de 12 de maio e de 20 de dezembro. De acordo com o parecer do Tribunal de Contas, *“a primeira alteração do OE/2012 decorreu da necessidade de contemplar os impactes de operações não integralmente incluídas no orçamento aprovado (transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos, pagamento das pensões correspondentes às responsabilidades assumidas e receita proveniente das concessões de frequências de 4.ª geração da rede móvel) e refletir os ajustamentos decorrentes da atualização do cenário macroeconómico, com consequências quer na receita fiscal, quer no orçamento da segurança social, bem como incluir despesas adicionais relativas a reforço de transferências para o Serviço Nacional de Saúde, à regularização de responsabilidades financeiras com concessões e outras operações relativas a ativos financeiros. A segunda procedeu ao aumento do limite à concessão de créditos e outras operações ativas em mais € 1.000 M, autorizou o Governo a conceder garantias no âmbito das responsabilidades assumidas em investimentos financiados pelo Banco Europeu de Investimento e procedeu a diversas alterações legislativas. Os mapas da lei contemplaram o aumento das transferências para a CGA, saúde e segurança social”.*

B) Análise Sectorial

- De acordo com o relatório “Conta Geral do Estado 2012”, o Ministério da Educação e Ciência (MEC) teve, em 2012, um orçamento de 7028 milhões de euros (subsector Serviços Integrados – SI) e de 2943 milhões de euros (subsector Serviços e Fundos Autónomos – SFA), resultando num orçamento consolidado de 8590 milhões de euros. De acordo com o mesmo documento, a execução orçamental foi de 98,3% (6909 milhões de euros) no subsector SI, de 88,2% (2597 milhões de euros) no subsector SFA, e de 94,6% (8129 milhões de euros) no total consolidado.

Quadro I – Orçamento e execução do Ministério da Educação e Ciência

QUADRO 167 - MEC - Despesa por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2012			Execução de 2012		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	6.688,4	2.053,6	7.627,4	6.607,2	1.865,3	7.360,2
Despesas com Pessoal	4.086,8	1.175,8	5.262,6	4.080,1	1.126,9	5.207,0
Aquisição de Bens e Serviços	112,2	431,6	543,8	95,6	331,3	426,9
Juros e Outros Encargos	0,0	33,1	33,1	0,0	33,0	33,0
Transferências Correntes	2.012,7	384,6	1.282,7	2.007,5	355,8	1.251,0
das quais: intra-instituições do Ministério	1.075,6	39,0		1.074,4	37,9	
para as restantes Administrações Públicas	461,3	65,9	527,2	460,4	65,8	526,2
Subsídios		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	476,7	28,5	505,2	424,0	18,3	442,3
Despesa de Capital	339,8	980,8	1.053,9	301,9	822,7	859,3
Aquisição de Bens de Capital	74,5	684,0	758,5	67,0	534,4	601,4
Transferências de Capital	211,8	205,6	150,7	200,4	197,2	132,3
das quais: intra-instituições do Ministério	186,6	80,1		186,2	79,1	
para as restantes Administrações Públicas	23,7	5,5	29,2	13,1	5,4	18,5
Ativos Financeiros	0,0	0,8	0,8	0,0	0,7	0,7
Passivos Financeiros	0,0	90,2	90,2	0,0	90,2	90,2
Outras Despesas de Capital	53,5	0,2	53,7	34,5	0,2	34,7
DESPESA TOTAL	7.028,2	3.034,4	8.681,3	6.909,1	2.688,0	8.219,5
DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSFERÊNCIAS PARA AP	5.281,0	2.843,9	8.124,9	5.175,1	2.499,8	7.674,8
DESPESA EFETIVA	7.028,2	2.943,4	8.590,3	6.909,1	2.597,1	8.128,6

Consolidação entre e intra subsectores (SI e SFA)

1.381,3

1.377,6

Fonte: SCC e SFA/SIGO

Notas: Foram introduzidos montantes relativos a "Juros e Outros Encargos".

- No âmbito da administração central do Estado, a execução orçamental consolidada do Ministério da Educação e Ciência corresponde a 13,8% do total da despesa da administração central consolidada (58.833,8 milhões de euros).

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Quadro II – Despesa consolidada da Administração Central por ministérios

QUADRO 96 - Despesa consolidada da Administração Central – por Ministérios

(em milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2012*			Execução de 2012		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Encargos Gerais do Estado	2.827,5	147,7	2.865,6	2.815,5	115,8	2.824,9
Presidência do Conselho de Ministros	252,6	550,9	726,3	211,8	459,7	600,5
Ministério das Finanças	16.175,2	8.980,6	20.573,2	15.502,3	8.656,2	19.585,6
Ministério dos Negócios Estrangeiros	323,6	86,3	346,5	301,5	75,1	317,5
Ministério da Defesa Nacional	1.999,2	167,0	2.159,6	1.816,3	127,4	1.937,1
Ministério da Administração Interna	1.821,2	204,7	1.930,8	1.725,2	189,4	1.820,1
Ministério da Justiça	1.141,8	570,4	1.386,9	1.078,5	471,5	1.273,2
Ministério da Economia e do Emprego	240,6	4.314,0	4.342,5	206,8	3.582,6	3.600,9
Ministério da Agricultura, do Mar, do Amb. e do Ord. do Território	579,6	1.707,6	1.941,9	526,8	1.262,7	1.458,9
Ministério da Saúde	9.829,5	11.023,7	10.566,3	9.795,8	10.312,7	9.838,1
Ministério da Educação e Ciência	7.028,2	2.943,4	8.590,3	6.909,1	2.597,1	8.128,6
Ministério da Solidariedade e Segurança Social	7.893,9	293,6	8.186,5	7.879,9	248,2	8.127,5
Sub-Total	58.113,0	30.989,9	68.616,4	48.768,5	28.888,4	59.513,0
Transferências para outros ministérios AC			717,4			679,3
Total da despesa da AC Consolidada			62.899,0			58.833,8

Fonte: SCC e SIGO-SFA.

Mapas contabilísticos gerais: Mapa XV - Despesas Correspondentes a Programas.

Nota: Exclui passivos e ativos e transferência do OE para o FRDP.

*Dotação corrigida abatida de cativos.

3. De acordo com o parecer do Tribunal de Contas, o orçamento inicial do subsector SI, na Educação e Ciência, sofreu alterações, durante o ano de 2012, aumentando em 2,2%, isto é em 153 milhões de euros (146 milhões de euros em créditos especiais mais 9 milhões de euros em dotação provisional, com uma diminuição de 3 milhões de euros em “outras” alterações orçamentais).

Quadro III – alterações orçamentais nos Serviços Integrados do Estado

Quadro 2 – Serviços integrados – alterações por orgânica (despesa)

(em milhões de euros)

Departamento ministerial	Orçamento inicial	Alterações orçamentais						Orçamento final
		Créditos especiais	Dotação provisional	Orçamento rectificativo	Outras	Total		
						Em valor	Em %	
Encargos Gerais do Estado	2 832	-	5	2	-	7	0,3	2 839
Presidência do Conselho de Ministros	275	5	-	-	-7	-2	-0,6	274
Finanças (exceto Passivos Financeiros)	35 912	3 704	-378	5 874	220	9 420	26,2	45 332
Negócios Estrangeiros	316	24	-	-	-2	22	7,1	338
Defesa Nacional	2 053	22	-	-	-0	22	1,1	2 074
Administração Interna	1 903	9	-	-	0	9	0,5	1 912
Justiça	1 185	26	-	-	-	26	2,2	1 212
Economia e do Emprego	238	5	26	-	-1	30	12,6	268
Agricultura, Mar, Ambiente e Orden. Território	595	12	25	7	-40	4	0,7	599
Saúde	7 633	8	65	2 132	-	2 205	28,9	9 637
Educação e Ciência	6 889	146	9	-	-3	153	2,2	7 042
Solidariedade e Segurança Social	6 494	1	248	1 379	-223	1 405	21,6	7 899
Despesa efetiva	66 325	3 963	-	9 394	-55	13 302	20,1	79 628
Min. Finanças - Passivos Financeiros	122 250	-	-	-	-	-	-	122 250
Total da despesa	188 575	3 963	-	9 394	-55	13 302	7,1	201 878

4. A execução orçamental, por classificação funcional do Estado, em Educação foi de 6715 milhões de euros (despesas dos serviços integrados – SI) e de 2287 milhões de euros (despesas dos serviços e fundos autónomos – SFA), o que corresponde

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

a uma execução orçamental total de 9002 milhões de euros. A função social Educação corresponde, assim, a 4,7% da execução total (SI+SFA).

Quadros IV e V – Execução por Funções do Estado (SI+SFA)

Mapa III

Despesas dos serviços integrados, por classificação funcional

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR SUBFUNÇÕES	POR FUNÇÕES
1	FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA		14 291 471 640,60
1.01	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9 810 154 643,48	
1.02	DEFESA NACIONAL	1 729 573 676,21	
1.03	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	2 751 743 320,91	
2	FUNÇÕES SOCIAIS		30 306 078 860,82
2.01	EDUCAÇÃO	6 715 180 045,53	
2.02	SAÚDE	10 403 980 134,02	
2.03	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS	12 370 829 785,92	
2.04	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	222 323 923,08	
2.05	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	593 764 972,27	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS		4 659 852 805,15
3.01	AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	435 992 163,32	
3.03	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3 019 976 568,31	
3.05	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 203 884 073,52	
4	OUTRAS FUNÇÕES		105 366 928 172,70
4.01	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	100 893 191 154,86	
4.02	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	4 473 488 784,61	
4.03	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	248 233,23	
	TOTAL GERAL		154 624 331 479,27

Mapa VIII

Despesas dos serviços e fundos autónomos por classificação funcional

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR SUBFUNÇÕES	POR FUNÇÕES
1	FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA		1 666 978 827,38
1.01	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	816 812 481,86	
1.02	DEFESA NACIONAL	73 831 153,24	
1.03	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	676 332 192,29	
2	FUNÇÕES SOCIAIS		22 787 098 183,86
2.01	EDUCAÇÃO	2 287 339 548,86	
2.02	SAÚDE	10 312 658 652,25	
2.03	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS	9 227 427 140,59	
2.04	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	195 820 157,71	
2.05	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	763 853 654,15	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS		8 118 887 970,22
3.01	AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	1 103 406 333,14	
3.02	INDÚSTRIA E ENERGIA	24 882 015,05	
3.03	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4 208 456 718,62	
3.04	COMÉRCIO E TURISMO	235 331 212,14	
3.05	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 544 511 691,37	
4	OUTRAS FUNÇÕES		4 800 440 726,19
4.01	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	4 800 440 726,19	
	TOTAL GERAL		37 271 193 877,48

- Em termos de despesa por classificação orgânica do subsector Estado em 2012, a Educação e Ciência teve um orçamento inicial de 6889,1 milhões de euros e um orçamento final de 7042,2 milhões de euros, sendo a execução orçamental de 6909,1 milhões de euros. Assim, a execução orçamental ultrapassa em 20 milhões de euros (0,3%) o orçamento inicial, e fica 133,1 milhões de euros (1,9%) abaixo

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

do orçamento final. A educação e ciência correspondem, deste modo, a 14,2% da execução total.

Quadro VI – Despesa por classificação Orgânica do Estado

QUADRO 214 - Despesa por Classificação Orgânica do Subsector Estado

(Miliões de euros)

Classificação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Cálculos finais	Execução orçamental	Execução Vs Orçamento Inicial		Execução Vs Orçamento Final		Estrutura execução
					Valor	%	Valor	%	
(1)	(2)-(1)*(2)	(4)	(5)-(4)-(3)	(6)-(5)/(1)	(7)-(4)-(3)	(8)-(7)/(4)	%		
Encargos Gerais do Estado	2.831,9	2.831,0	3,4	2.815,5	-16,4	-0,6	-15,4	-0,5	5,8
Presidência do Conselho de Ministros	275,3	281,8	29,2	211,8	-63,5	-23,1	-70,0	-33,0	0,4
Finanças	16.484,6	16.222,5	47,4	15.502,4	-982,2	-6,0	-720,1	-4,6	31,8
Negócios Estrangeiros	315,9	338,4	14,8	301,5	-14,4	-4,5	-36,8	-12,2	0,6
Defesa Nacional	2.052,7	2.074,3	75,1	1.816,3	-236,4	-11,5	-258,0	-14,2	3,7
Administração Interna	1.903,3	1.912,5	91,2	1.725,2	-178,1	-9,4	-187,2	-10,9	3,5
Justiça	1.185,3	1.211,7	69,9	1.078,5	-106,9	-9,0	-133,2	-12,4	2,2
Economia e do Emprego	238,2	268,3	27,7	206,8	-31,5	-13,2	-61,6	-29,8	0,4
Agricultura, Mar, Ambiente e do Ordenamento do Território	594,7	598,9	19,3	526,8	-67,9	-11,4	-72,1	-13,7	1,1
Saúde	7.632,8	9.837,5	8,0	9.795,8	2.163,0	28,3	-41,7	-0,4	20,1
Educação e Ciência	6.889,1	7.042,2	14,0	6.909,1	20,0	0,3	-133,1	-1,9	14,2
Solidariedade e da Segurança Social	6.494,2	7.899,4	5,5	7.879,9	1.385,7	21,3	-19,5	-0,2	16,2
Despesa Electiva	46.898,2	50.518,5	405,4	48.769,6	1.871,4	4,0	-1.748,9	-3,6	100,0
Activos financeiros	17.827,1	23.909,2	-	11.810,3	-6.016,9	-33,8	-12.098,9	-50,6	
Passivos financeiros	122.250,0	122.250,0	-	91.276,5	-30.973,5	-25,3	-30.973,5	-25,3	
Transferências (de capital) para o FRDP (MFAP)	1.600,0	5.200,0	-	2.768,1	1.168,1	-	-2.431,9	-46,8	
Despesa Total	198.575,3	201.877,7	405,4	154.624,3	-33.951,0	-18,0	-47.253,3	-23,4	

Fonte: Direção Geral do Orçamento (SIGO-SCC)

Mapas contabilísticos: Mapa II - Despesa do Estado por Ministérios e capítulos

6. No relatório “Conta Geral do Estado 2012” (mapa II) assinala-se que, de acordo com os critérios de classificação orgânica da despesa, as despesas dos serviços integrados na área da Educação e Ciência foram os seguintes:

Quadro VII

DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (em euros)

Gabinetes dos membros do governo	1 323 700,00
Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e cooperação	2 707 377,99
Serviços das áreas da ciência e tecnologia	12 243 314,95
Estabelecimentos de ensino superior e serviços de apoio	1 007 362 913,14
Serviços gerais de apoio, estudos, coordenação e cooperação	315 715 282,05
Estabelecimentos de educação e ensinos básico e secundário	4 692 086 171,19
Investimentos do plano	173 037 311,00

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

7. Observando a despesa de funcionamento por programas, no relatório “Conta Geral do Estado 2012” (mapa XV), constata-se que a execução orçamental do programa 12 – “Ensino Básico E Secundário e Administração Escolar” foi de 6.216.135.844,43 euros, e que a execução orçamental do programa 13 – Ciência e Ensino Superior foi de 3.380.974.573,64 euros.
8. Sobre o sector da Cultura não existe, nos referidos documentos, informação específica acerca da execução orçamental da Secretaria de Estado da Cultura. Ainda assim, é possível verificar, no relatório “Conta Geral do Estado 2012” (mapa II), que, dentro da designação orgânica “Presidência do Conselho de Ministros”, a execução orçamental referente aos “Serviços da Secretaria de Estado da Cultura” foi de 59.763.638,59 euros.
9. Não existe informação específica sobre a execução orçamental nas áreas do Desporto e da Juventude. Existe, no entanto, informação acerca do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ), cujas receitas (mapa V) foram de 55,3 milhões de euros e cujas despesas (mapa VII) ascenderam 49,3 milhões de euros.

PARTE II – CONCLUSÕES

1. A Comissão de Orçamento e Finanças remeteu, nos termos legais e regimentais aplicáveis, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, a Conta Geral do Estado relativa ao ano económico de 2012, acompanhada dos pareceres do Conselho Económico Social, do Tribunal de Contas e da Unidade Técnica do Apoio Orçamental, a fim de elaborar o competente parecer.
2. Salieta-se que o presente parecer, sobre a Conta Geral do Estado de 2012, incide exclusivamente sobre os indicadores de execução orçamental que compreendem os sectores da Educação, da Ciência, da Juventude, do Desporto e da Cultura.
3. Face ao exposto, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura é de Parecer que o presente relatório deve ser remetido à Comissão do Orçamento, Finanças e Administração Pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º1 do Regimento da Assembleia da República.

Palácio de S. Bento, 28 de Janeiro de 2014

O Deputado autor do Parecer



(Michael Seufert)

O Presidente da Comissão



(Abel Baptista)